

POLÍCIA E JORNALISMO: OBJETIVOS COMUNS

Mário L. Erbolato
(Professor do IAC – PUCCAMP)

Não há, talvez, quem desconheça **Notícias Populares**, jornal destinado às classes C e D, que dá preferência à divulgação de esportes, sexo e crime. Notícias aparentemente sem muito valor, ganham destaque com títulos sugestivos e descrição de pormenores que, sem fugir à verdade, levam o fiel leitor a não deixar um só dia, de inteirar-se com entusiasmo, dos assaltos, dos desastres e, especialmente, dos estupros e crimes passionais. Os tempos mudaram e o crime — a infração e o desrespeito à lei foram se ampliando. Dos ladrões de galinhas, de bicicletas (ou de pequenos objetos), passamos aos (muitas vezes impunes) **criminosos do colarinho branco**. O tema **polícia** não está mais circunscrito a algumas colunas ou páginas de jornais, mas em todas as Editorias tomamos ciência de ilícitos, desde os maiores até os de pequeno valor. Para combater ou prevenir a violência, há o aparato de segurança do Estado: a polícia. Entre ela e a comunicação existem vários pontos de semelhança e pouquíssimos contrastes.

Começemos pelas definições. Que é **comunicação**? Tão ampla ela se apresenta, que seria difícil conceituá-la em poucas palavras. Os teóricos a resumem basicamente como a transmissão de idéias, informações e gestos entre as pessoas. Porém, após a revolução industrial, houve a propagação intensa da palavra oral e da palavra escrita que passaram a transpor fronteiras e obstáculos. Os homens se aproximaram intelectualmente, ainda que distantes geograficamente.

Jamais houve ou existirá uma sociedade que não se apoie nas várias formas de comunicação. Para William Rivers¹, foi a imprensa que levou o povo a compreender não só a sua real importância, mas também a

elevada participação, que realmente tem, no processo da democracia. A comunicação de massa auxilia a transmitir e a receber cultura, a vender produtos e serviços e a sabermos, enfim, o que se passa ao redor ou longe de nós. Os meios de comunicação social são responsáveis pela integração, união e comunhão de ideais.

Finalidades Idênticas

O jornalismo, segundo Octavio de La Suarée tem por objetivo informar e orientar a opinião, censurar e sancionar as ações públicas dos habitantes de uma região e de divulgar a cultura entre a população de um país². Todo esse trabalho — acentua o Prof. Luiz Beltrão — tem, evidentemente, uma função educativa, visando esclarecer a sociedade, para que sinta e aja com discernimento, buscando o progresso, a paz e a ordem na comunidade³.

Que é polícia? A palavra vem do latim *politia/ae* e, entre seus vários significados⁴ destacarem-os três: 1. Conjunto de leis ou regras impostas ao cidadão, para assegurar a moral, a ordem e a segurança pública. 2. A corporação encarregada de fazer respeitar as leis e 3. Indivíduo pertencente à corporação policial.

Essas funções são orientadas, supervisionadas, dirigidas, planejadas e executadas pelos delegados.

Nos conceitos de Octavio de La Suarée e de Luiz Beltrão sobre comunicação social e na definição de polícia, encontramos como finalidades comuns a busca, cada qual com seus meios próprios, da paz e da ordem nos grupos sociais.

Visam, pois, os mesmos fins os comunicadores e os delegados de polícia. Os jornalistas lutam para que ocorra sempre o melhor. Nos jornais impressos e nos meios audiovisuais, são oferecidos diariamente visões sobre a realidade em que vivemos e trabalhamos. O jornalismo é o porta-voz permanente do povo. Nas reportagens e nos editoriais há denúncias, críticas, defesa da população e um contínuo esforço para que o bem prevaleça sobre o mal, a justiça sobre a injustiça, a ordem sobre a desordem, a lei sobre a baderna e a verdade sobre a mentira.

Na sociedade do século XX, agrícola, pastoril, industrial, intelectual ou da era da informática — e da mesma forma que durante a Colônia e o Império — o relacionamento entre as famílias, os indivíduos e as classes sociais foi e vem sendo feito visando atingir uma fórmula ideal, embora um tanto utópica, que permita alcançar o bem comum, com a harmonia e cooperação, se não de todos, pelo menos da maioria. Comunicadores e policiais desenvolvem esforços para que haja equilíbrio e

tranqüilidade. Os jornalistas com suas críticas e os delegados com a força da autoridade que possuem, representantes lúdimos que são do poder do Estado.

O que orienta os homens em seu viver cotidiano? Clovis Bevilacqua⁵ lembra que "devemos obediência à lei, que se distingue por ser uma norma geral (*commune praeceptum*), emanada de uma autoridade reconhecida e que é imposta coativamente à obediência de todos".

Na Nação juridicamente organizada, são sem conta os preceitos que indicam à coletividade as normas essenciais e vitais de conduta. Só é livre quem for escravo da lei, afirmava Cícero. Dai o exigir-se que no grupo social todos respeitem as normas constitucionais, civis, e, em conseqüências penais, comerciais, administrativas e tantas outras. Se os homens as violarem, por dolo ou culpa, receberão sanções. Pune-se, segundo os juristas, ou como castigo ou, então, como exemplo, para que outros não incidam nos mesmos erros.

Os meios de comunicação social apontam permanentemente os desequilíbrios que ocorrem. Sempre que haja um ilícito penal, bem antes do soberano pronunciamento da Justiça, são formados os inquéritos policiais, muitas vezes enriquecidos com recortes das matérias jornalísticas. A publicidade, dos atos processuais, como regra que comporta poucas exceções, é um dos requisitos da legislação brasileira.

Para Evitar a Repetição de Erros

Em junho de 1952, ao falar na 21ª Reunião da Comissão Internacional de Política Criminal, em Estocolmo⁶ o comissário da Sureté Nationale de Paris, P. Marabuto, afirmava: "O ideal seria, de certo, prevenir completamente o crime, mas isto não pode, ainda, ser alcançado e permanece como uma fantasia. Como a infração penal nem sempre pode ser evitada, parece que o melhor caminho a seguir está em buscar uma explicação para o ato criminoso e atinar com as suas causas, a fim de se evitar a sua repetição".

Mais de três décadas após, essas palavras são atuais. A polícia continua a reprimir (e deve fazê-lo sem violência) o que se possa considerar um **corpo estranho** à sociedade. Os delegados de polícia não se limitam a efetuar prisões e a destroçar quadrilhas. Vão além: elaboram estatísticas, participam de simpósios, mantém contato com psicólogos e sociólogos, integram mesas-redondas promovidas por jornais e emissoras de rádio e televisão, dão o seu testemunho, de grande valia, a fim de que — como acentuava P. Marabuto em Estocolmo, em 1952 — seja evitada a repetição das infrações penais. Ou, para que, pelo menos, diminua a incidência dos crimes, atacando-se as suas causas.

A guerra contra as drogas entre escolares, a situação dos menores abandonados e a violência que se intensifica têm sido temas constantes dos meios de comunicação social, que fazem as suas análises e críticas, baseadas, em grande parte, nas declarações e providências de delegados de polícia e nas conclusões a que têm chegado.

Os policiais constituem uma parcela *sui generis* do funcionalismo público: não são considerados burocratas e acreditamos que nunca foram chamados ou classificados de *ineficientes, parasitas* ou *desnecessários à máquina administrativa*.

Uma Atividade Acompanhada pelo Povo

Curiosíssima é a situação dos policiais (civis ou militares), diante dos meios de comunicação social. O médico, o engenheiro, o advogado, o dentista, o agrônomo, o professor, o veterinário e tantos outros — mesmo quando exercem funções públicas — raramente vêem os seus nomes divulgados pela imprensa, a não ser quando prestam informações ou se a repartição a que pertencem se envolve com problemas que afetem o bem estar coletivo.

A profissão de policial tem características próprias. O trabalho dos delegados, investigadores, escrivães e seus colegas, surge diariamente nos jornais e emissoras. Se a população ignora o que se passou na véspera nos gabinetes dos secretários municipais, nos postos de saúde, ou nas divisões do ensino, ninguém desconhece, porém, as medidas que a polícia tomou para esclarecer um crime, ou qual o andamento de vários processos a ela afetos. E há momentos de expectativa, entre leitores e ouvintes, quando surgem pistas e é preciso efetuar a prisão de um criminoso que, com armas e munições, se refugiou em um prédio, ameaçando de morte os que dele se aproximarem.

Raros são os jornais que deixam de divulgar notícias ligadas ao crime. Só alguns semanários religiosos não se preocupam com o cotidiano policial. Porém, se algo importante ocorrer, que envolva um de seus seguidores, abrir-se-á exceção e algumas linhas serão publicadas, narrando o que houve e mencionando obrigatoriamente a atuação dos órgãos de repressão e prevenção.

As Editorias de Polícia deixaram de cuidar apenas dos crimes comumente do conhecimento popular, como os assassinatos, os ferimentos (leves e graves), os roubos, os furtos, os assaltos e os estelionatos. Até há poucos anos, eram lidas reportagens sobre diversos *contos*, que deliciavam os leitores de jornais: o do vigário, o do defunto (que para ser enterrado necessitava do dinheiro de todos), o do emprego, o do noivado e muitos mais, de acordo com a imaginação fértil dos infratores da lei.

Inúmeros jornais dedicam uma página inteira — em geral a última, — para as diversas notícias policiais, sejam elas da própria cidade, ou do exterior. Há sempre um furto durante viagem de ônibus, uma senhora que foi tomar satisfações da vizinha e lhe desferiu golpes com a pá de lixo, colisão entre moto e caminhão, mulher surrada pelo amásio, garoto ferido por ponta-pé durante jogo de futebol ou estabelecimento comercial assaltado.⁷

A função social da polícia vem aumentando e refletindo-se evidentemente no jornalismo, que acompanha *pari-passu* as suas atividades. Os inquéritos, os depoimentos, as perícias e as investigações passaram a ser destacados pelas várias Editorias. Há constantemente uma referência, direta ou indireta, ao trabalho da polícia, em cerca de trinta a quarenta por cento do total do noticiário, local, nacional ou do exterior. Enumerariamos, como exemplos, algumas dessas notas recentes: denúncias sobre trabalho escravo em uma fazenda, embargo de funcionamento de um circo em área residencial de S. Paulo, apreensão de carne clandestina, matança de pássaros para um churrasco, proteção às instalações de empresas com operários em greve, rebeliões e mortes em presídios, conflitos entre índios e posseiros, invasão de terras, agressões em campos de futebol, expulsão de estudantes do CRUSP, incêndios em instalações escolares e repressão aos mafiosos. Assaltos a bancos são rotina. No golpe do telefone, há pessoas que perdem os seus aparelhos, porque assinam documentos, como garantia de supostas dívidas. Organizações multinacionais, violando o monopólio postal da União chegaram a mandar para outros países, malotes com cartas e a EBCT, impotente para coibir o abuso, teve que recorrer à polícia.

Desapareceram da imprensa, como lembramos no início, os ladrões de galinhas, mas em lugar das notícias que jocosamente se referiam ao roubo de “penas” surgiram os crimes do colarinho branco, os ligados à espionagem industrial e já se cogita de uma legislação que impeça o uso desleal dos computadores e das informações armazenadas em bancos de dados. Se a inteligência evolui para o bem como regra, há a exceção de se usar ilícitamente o que a técnica e a pesquisa nos oferecem.

Quando ocorrem feriados às quintas e/ou sextas-feiras — que passaram a ser conhecidos como “fim de semana prolongado”, ninguém inicia a descida para o litoral sem ouvir pelo rádio ou ler nos jornais as condições das estradas, anunciadas pela Polícia Rodoviária.

O Fato Policial em Todas as Editorias

Na área da Economia, que foi a seção que mais se desenvolveu na imprensa, a polícia está presente muitas vezes. Quem não tomou conhecimento dos escândalos ocorridos a partir de 1980, envolvendo algumas financeiras que lesaram o povo?

Mil seiscentos e setenta centimentos quadrados do tradicional jornal **O Estado de S. Paulo** foram dedicados⁸ à divulgação, na última página, de sete notícias com um conteúdo exclusivamente policial. Referiam-se elas à tentativa de roubo na residência de um advogado; ao assalto a um posto bancário no Tribunal de Contas; ao assassinato de um **office-boy**; a um juiz de direito que serviu de refém para que ladrões praticassem um assalto e a medidas para evitar fugas na Penitenciária do Estado.

A Penetração da Notícia Policial pelo Rádio

As emissoras de rádio dão ao trabalho policial um destaque maior que os jornais impressos e muitas delas têm programas bastante ouvidos e locutores de renome. Gil Gomes é um herói para a infância. Um dos menores internos da FEBEM disse⁹: "A gente escuta o programa de manhã, no rádio e ali só fala de morte. É ladrão é gente doente morrendo sem parar". Outro menino afirmou: "A PM não mata; pega e prende. Gil Gomes e a ROTA quando morrerem vão direto para o céu. Principalmente a ROTA que defende a nossa Pátria contra os bandidos"¹⁰

A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de S. Paulo concluiu uma pesquisa, referente ao início de 84, para avaliar a violência nos meios de comunicação social. Em termos de liderança¹¹ Afanásio Jazadji era o locutor mais ouvido (986.855 pessoas em janeiro e 1.001.134 em fevereiro), seguido de Gil Gomes (749.500 em janeiro e 732.221 em fevereiro). Os dois dominavam a audiência das 8 às 10 horas, junto a 72,1% da população com o rádio ligado em janeiro e 67,0% em fevereiro.

Afanásio Jazadji, jornalista policial há 20 anos¹² e hoje deputado estadual comentou a sua posição: "Meu papel é informar meus ouvintes sobre o que está acontecendo. Se a violência é um fato cotidiano, ela vira notícia no meu programa sem qualquer sensacionalismo. A violência em si já é sensacional". Prova da receptividade do programa de Afanásio Jazadji é que lhe são enviadas por dia entre 300 a 400 cartas, todas respondidas pela sua equipe.

O então Secretário da Segurança Pública, Michel Temer¹³ referindo-se à pesquisa da Comissão Justiça e Paz, declarou que todos os programas de rádio, televisão e as notícias dos jornais sobre fatos policiais são úteis, mas apenas quando criticam para apresentar caminhos à administração.

O Jornalismo Popular

Circulam no Brasil matutinos e vespertinos cuja política editorial consiste em dar, conforme acentuamos, destaque à trilogia **sexo, espor-**

te e política, com prioridade para a última. Esses jornais formam a **imprensa popular**, assim chamada por ser lida por pessoas sem grande cultura ou com pouquíssimo poder aquisitivo. Não são imorais, mas sensacionalistas.

O que é um **jornal popular**? Flávio Brito, chefe da redação de **O Dia e A Notícia**¹⁴ do Rio de Janeiro, entende que assim devem ser considerados porque divulgam "assuntos ditos populares, capazes de estabelecer um equilíbrio entre todos os níveis de interesse que respondam à expectativa da comunidade como um todo. Esses veículos de comunicação são capazes "de atingir desde a doméstica até o governador".

Como precursor da imprensa de escândalos aponta-se **Le Petit Journal**, fundado em 1864 em Paris, por Polydore Millaud, um hábil financista e administrador que em poucos anos transformou seu periódico em verdadeira potência, vendendo-o por cinco centavos o exemplar, enquanto que os dos demais concorrentes custavam o dobro. Foram desenvolvidas e destacadas pelo **Le Petite Journal** em detrimento dos editoriais, quaisquer notícias que mostrassem pormenores dos acontecimentos sensacionais, como os crimes, os acidentes e os dramas de amor. De política, só referências às crises partidárias ou ministeriais¹⁵. Após dois anos de circulação **Le Petite Journal** alcançava a cifra invejável de duzentos mil exemplares e foi saudado "como uma vitória da imprensa de escândalos".

Emile Durkheim colocou em dúvida que a veiculação da violência influísse no aumento da criminalidade e ainda admitiu ser necessário muito cuidado com as restrições ao noticiário policial, porque a opinião pública deve conhecer e avaliar as atitudes e providências da polícia e dos magistrados¹⁶.

Notícias Populares, que circula em S. Paulo, com grande aceitação, teve origem curiosa, pois foi fundado para fins políticos em 1963, por Herbert Levy, então presidente da União Democrática Nacional (UDN), visando ter acesso às camadas populares que contavam, desde 1952, com **Última Hora**, dirigida por Samuel Wainer e que era porta-voz do getulismo. Para fazer **Notícias Populares** foi contratado Jean Mellé, que o concebeu como um jornal de escândalos, a fim de conquistar a preferência das classes que pretendia atingir¹⁷.

Em meados de 1984 circulou em S. Paulo o Jornal-revista **Agora, no Brasil e no Mundo**, da Editora Três, com textos mais minuciosos sobre crimes e caracterizado pela divulgação de fotos chocantes, sem retoques, de pessoas assassinadas e que mostravam em close as mutilações que sofreram.

No Rio de Janeiro, destacando os assuntos policiais domina **O Dia**, que segundo a sua própria propaganda "é o jornal mais lido pela classe C, na segunda, na terça, na quarta, na quinta, na sexta e no sábado" e que adota como slogan: "É um crime não anunciar em **O Dia**"¹⁸.

O repórter policial como pesquisador que é das ciências, limita-se a escrever sobre os acontecimentos. Não é um puritano e nem moralista. Sua função é a de informar, sem emitir quaisquer juízos, assim como a polícia compila dados e forma processos, para o pronunciamento da justiça¹⁹.

O Romance Policial

A literatura possui um gênero específico: o romance policial. Escritores se destacaram pela criação de tipos inesquecíveis, capazes de solucionar quaisquer crimes. Foi Edgar Allan Poe o criador dessa concepção de literatura, quando combinou ficção com raciocínio e interferências lógicas²⁰. Nascido em 1809 e falecido em 1849, o escritor norte-americano Edgar Allan Poe começou com os contos **Os crimes da rua Morgue**, **A carta roubada** e **o mistério de Maria Roget**, destacando em todos eles o detetive Auguste Dupin. Dez anos após a morte de Edgar Allan Poe, nascia na Escócia Arthur Conan Doyle, que escreveu **Um estudo vermelho**, **O sinal dos quatro**, **O cão dos Baskervilles**, **Memórias de Sherlock Holmes**, **A volta de Sherlock Holmes**, **Um estudo em vermelho**, **Histórias de Sherlock Holmes** e **O vale do Terror**, além de outros.

Segundo os críticos, nessas narrativas policiais há um mistério que arrebatava, o terror transfigurado em beleza, a pesquisa apaixonante e as soluções imprevisíveis. As aventuras mais perigosas e empolgantes contrastam inteligentemente com os mais difíceis raciocínios e com a argúcia genial do detetive Sherlock Holmes e no bom senso do Dr. Watson.

Agatha Christie (nascida em 1891 e falecida em 1976) criou o detetive belga Hercule Poirot e a Senhorita Jane Marple, deixando, entre outros romances, **O caso dos dez negrinhos**, **A morte no espelho**, **Testemunha da acusação** e **O adversário secreto**.

Na história do romance policial poderíamos mencionar ainda Ellery Queen, pseudônimo adotado pelos escritores Frederic Danney e Manfred Lee. Deles são: **O mistério do sapato holandês**, **O mistério da tangerina**, **O mistério do ataúde negro** e **O mistério do chapéu romano**.

Georges Joseph Christian Simenon, escritor nascido na Bélgica em 1903 publicou romances policiais, com o personagem Inspetor Maigret. Sua obra é vasta e está sendo editada, agora, em português, pela Editora Nova Fronteira. Entre seus livros: **A velha senhora**, **O cão amarelo**, **Um suicídio duvidoso**, **O mistério das jóias roubadas**, **Crime na polícia**, **O gato**, **Testamento maldito**, **O assassino sem rosto**, **O louco de Bergerac**, **O Prefeito maldito**, **Porto das brumas** e mais alguns.

No Brasil o gênero policial somente é encontrado em contos esparsos. Autores que a eles se dedicaram não chegaram a ter uma produ-

ção volumosa. O escritor Edgar Cavalheiro que, com Raimundo de Me-
nezes publicou uma analogia com histórias de crimes e criminosos,
concluiu²¹ que não temos um romance policial. E indagou: Como se
explicará o desinteresse dos nossos ficcionistas pelo gênero, sabido ser
ele um dos que mais leitores poderia contar? No entanto **A noite na
Taverna**, de Alvares Azevedo "é quase um trabalho sobre a degeneres-
cência e o crime". De Machado de Assis a Monteiro Lombato — frisou
Edgar Cavalheiro — "com escalas maiores ou menores, todos eles
se debruçaram sobre temas que tivessem como fixação um homicí-
dio".

Afinal, como recorda Edgar Cavalheiro, "O crime é velho co-
mo a própria humanidade. No pai de todos os livros — a Bíblia — logo no
Capítulo IV, do Gênesis, vem a história do primeiro. Um fratricídio".

Para o escritor e tradutor Torrieri Guimarães, porém, a ficção
policial no Brasil teve início em 20 de março de 1920, quando o jornal **A
Folha**, de Medeiros e Albuquerque iniciou a publicação do folhetim "**O
Mistério**", escrito a quatro mãos, sendo transformado em livro, pela Com-
panhia Editora Nacional, com três edições e mais de dez mil exemplares
vendidos. O texto era de autoria do próprio Medeiros e Albuquerque e de
Coelho Neto, Viriato Correia e Afrânio Peixoto.²² Ainda segundo Torrieri
Guimarães²³ Medeiros e Albuquerque publicou mais dois livros de histó-
rias policiais: "**O Assassinato do General**", em 1929 e "**Se eu fosse
Sherlock Holmes**", em 1932. Pouco depois, o radialista e jornalista Jerô-
nimo Monteiro, com o pseudônimo de Ronnie Wells editou, na década de
30, várias novelas policiais, escritas originalmente para programas radiofô-
nicos. O escritor Luiz Lopes Coelho criou um detetive tipicamente brasi-
leiro: o doutor Leite²⁴.

Herói Recente

Mariel Maryscott virou herói, glamourizado depois de sua mor-
te. A história de sua vida foi publicada em edição especial da revista
Sétimo Céu, da Editora Bloch, na qual sua figura foi apresentada como a
de um defensor da sociedade e dos padrões mais honrados da coletividade
brasileira.²⁵

Jornalismo e Polícia

A função do repórter policial não é mais, como outrora, a de
descrever como ocorreu um assassinato, um desastre ou um roubo, narran-
do-os com excesso de adjetivação. Não só no rádio existem jornalistas

competentes e famosos. Percival de Souza, do *Jornal da Tarde*, especializou-se em temas policiais. Conhece a organização administrativa da Secretaria da Segurança Pública, está atualizado, coopera com as autoridades, dirige-lhes críticas e tem assinado centenas de artigos, muitos já reunidos em livros, que se transformaram em **best-sellers**.

Inúmeros são, como acentuamos no início deste artigo, os pontos de contato entre a polícia e os que trabalham nos meios de comunicação social. Jornais, revistas, livros, emissoras de rádio e televisão e o cinema, relatam a realidade ou mostram enredos de ficção, que envolvem detetives, delegados e os agentes civis ou militares.

O jornalismo impresso deixou de ser superficial e não se limita a informar que algo aconteceu. A concorrência do rádio e da televisão, instantâneos e bastante difundidos, exigiu que a imprensa passasse a interpretar os acontecimentos, localizando-os no contexto atual e referindo-se também às causas que os provocaram e às conseqüências que deles decorrerão.

Criou-se assim o jornalismo **investigativo** — e não simplesmente de consumo — que vai à profundidade das questões e que, sem emitir opinião, coloca diante do leitor o máximo de informação.

O repórter investiga — ouve, confere várias fontes, elimina algumas das informações, procura outras e, como desfecho, apresenta um roteiro, indica caminhos e propõe soluções. A polícia também investiga para esclarecer, deduzir e colocar a salvo a sociedade, pleiteando sejam punidos os que violaram suas leis. Os métodos são comuns a ambas as profissões. Carl Bernstein (companheiro de Bob Woodward nas reportagens sobre Watergate, que deram o Prêmio Pulitzer ao *Washington Post* em 1973 e terminaram por derrubar o Presidente Richard Nixon) ao visitar o Brasil em outubro de 84, declarou que a realizar aquela matéria “fez um trabalho básico de repórter policial, gastando muita sola de sapato e lutando para conseguir cada informação”²⁶.

Caminham lado a lado os comunicadores e os policiais. E, se vez ou outra algo os separa ou divide é mera exceção. As regras são as mesmas, em uma e em outra profissão, porque ambas servem à comunidade, com muito de interesse e idealismo.

Crime e Jornalistas

Na véspera do Natal de 1989, o casal Jorge e Maria Cecília Bouchabki, foi encontrado morto, a tiros, em sua residência, na rua Cuba, no aristocrático bairro paulistano do Jardim América. Não havia sinais de arrombamento na porta de entrada da casa e menos ainda em qualquer cômodo. A imprensa, baseada apenas nos depoimentos de testemunhas e

em peças do inquérito policial (que fora declarado sigiloso) deu destaque ao noticiário do "crime da rua Cuba", apontando como criminoso um dos filhos do casal, que depois foi denunciado pela promotoria. Diretores de vários jornais de S. Paulo reconheceram que houve excesso e a revista *Imprensa* ouviu vários deles sobre a conveniência ou não de ser adotado um Código de Ética.²⁷

Os jornalistas não mais se limitam apenas a cobrir os casos de sequestros, mas deles têm participado como reféns voluntários, com o intuito talvez de obterem "a grande reportagem da sua vida", Francisco José, repórter da TV Globo no Recife ofereceu-se como mediador num caso de sequestro, ocorrido em Petrolina, em 1987. Em agosto de 1989, Mônica Calassa e Solange Franco, ambas de Goiânia, entraram em um carro-forte com os sequestradores de um menino daquela cidade, que haviam recebido NCz\$100 mil de resgate e desejavam fugir, para ganhar a liberdade. Durante quatro dias permaneceram prisioneiras e passaram horas de grande tensão e perigo.²⁸

Conhecimento das Leis Penais

Abra-se o jornal de hoje ou recorra-se ao arquivo. Neles encontraremos notícias de terror, de violência ou que exigem a intervenção da polícia administrativa e científica: reconhecimento do crânio de Mengele, sequestro de aviões, apreensão de toneladas de heroína, pelotões policiais que reprimiram piquetes grevistas, execuções na cadeia elétrica (EUA), treinamento de terroristas, conflitos raciais e religiosos, devastação criminosa de reservas florestais, rebelião ou fuga em presídios. E, ocupando maior espaço, denúncias e investigações de irregularidades ou crimes praticados por ex-Ministros quando no exercício dessas funções, tráfico de influência, prevaricação e outros.

Se a sociedade se corrompe — e é dever do jornalismo refletir com moderação, em suas páginas ou edições pelo rádio e televisão, um resumo do que ocorre — o repórter deve ter conhecimentos não só técnicos (de apuração dos fatos e redação), mas também da legislação penal. Não é sem tempo a inclusão no currículo de Jornalismo, de uma disciplina, mesmo que semestral, para dar ao estudante uma visão dos Códigos e leis penais a fim de que possa melhor se orientar, conhecendo e avaliando a importância de cada caso e sabendo as penas a que estarão sujeitos os infratores.

NOTAS

(1) Rivers, William e Wilbur Schramm. *Responsabilidade e comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1970.

- (2) Beltrão, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**, Rio de Janeiro. Livraria AGIR Editora. 1968.
- (3) V. item 2.
- (4) Cunha, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1982.
- (5) Bevilacqua, Clovis. **Teoria geral do direito civil**. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1953. Vol. I.
- (6) O trabalho social da polícia. In Revista do Departamento de Investigações. S. Paulo, Junho de 1952, Ano IV, nº 42.
- (7) Registros policiais. *Jornal da Cidade*, Bauru. 06 de novembro de 1984.
- (8) Estado de S. Paulo, S. Paulo. 16 de outubro de 1984. As notícias têm os títulos: Desta vez os assaltantes perdem. E dois morrem — Uma manhã de medo na casa do juiz Rodrigues — Pânico e terror que ninguém esquecerá — Tiroteio não evita roubo no Tatuapé — Ladrões até no Tribunal de Contas — Jorge morre na mira do menino de 10 anos — Revista para evitar fuga da cadeia e Delegado geral reúne todos e pede empenho.
- (9) Folha de S. Paulo. Entre a realidade e a fantasia, crianças falam da morte. 02 de novembro de 1984. p. 20.
- (10) Ver item 9.
- (11) Folha de S. Paulo. Justiça e paz pesquisa a violência no rádio. 16 de novembro de 1984. p. 13.
- (12) Folha de S. Paulo. Afanásio nega ser sensacionalista e contesta Comissão de Justiça e Paz. 17 de novembro de 1984. p. 17.
- (13) Ver item 12.
- (14) Brito, Flávio. **A manchete no jornal popular**. In ABI — Coleção comunicação hoje, vol. I, sem data.
- (15) Weill, George. **El periodico, origenes, evolucion y función de la prensa periodica**. Union Tipografia Editorial Hispano Americana (UTEHA), México, 1962.
- (16) Mujica, Hector. **El Imperio de la noticia**. Colection Avance, nº 15. Universidad Central de Venezuela, 1967.
- (17) Capelatto, Maria Helena R. **Populismo na imprensa: Última Hora e Notícias Populares**. In Populismo & Comunicação. José Marques de Melo, organizador. Cortez Editora. S. Paulo. 1981.
- (18) Meio & Mensagem, S. Paulo. Nº 138. Ano VI, la quinzena de outubro de 1984. p. 17.
- (19) Ver ítem 16.
- (20) Reimão, Sandra Lucia. **O que é romance policial**. Coleção 105 passos. Editora Brasiliense, S. Paulo. 1983.
- (21) Edgar Cavalheiro. O Crime na Literatura. In Revista do departamento de investigações, S. Paulo. Nº 37. Ano IV. Janeiro de 1952.
- (22) O romance policial no Brasil — Entrevista de Torrieri Guimarães ao jornalista Assis Ângelo. In D. O. Leitura. Publicação Cultural da Imprensa Oficial do Estado S. A. — IMESP. S. Paulo 8 de outubro de 1989. Pág. 9.
- (23) Ver item 22.
- (24) Torrieri Guimarães, na entrevista a Assis Ângelo (D. O. Leitura, de 8 de outubro de 1989, S. Paulo) cita como autores de romances policiais brasileiros: Bariani Ortêncio, de Goiás, que escreveu "Morte sob Ecomenda"; Lucia Machado de Almeida, "O Escaravelho de Ouro"; Silvia Paezzo, "João Juca Júnior, Detetive Carioca"; Maria Alice Barroso, "Quem Matou Pacífico"; Rachel de Queiroz e Dinah Silveira de Queiróz, "O Mistério dos MM"; Glauco Rodrigues Correa, "O Mistério do Fiscal dos Canos" Rubem Fonseca, "O Caso Morel" e "A Grande Arte". Outros escritores, incluídos por Torrieri Guimarães entre os que produziram romances com características policiais: Jorge Amado, Guimarães Rosa, Antonio Callado, Lucio

Cardoso, Herberto Sales, José Condé, Marcos Rey, Lucia Machado de Almeida, Isa Silveira Leal e Stella Cart.

(25) In Boletim Intercom. S. Paulo. **Mariel vira herói da Bloch**. Nº 34. Ano IV.

(26) **O jornalismo na visão do repórter de Watergate**. In Jornal da Tarde. de 16 de outubro de 1984. pág. 12.

(27) Luís Carlos Cabral e Gérson Sintoni. **A fabricação de um criminoso**. In Imprensa. Ano I. Nº 19. Pp. 22/29. S. Paulo.

(28) Transcrevemos de O Estado de S. Paulo, de 16 de agosto de 1989 o editorial **Refens da notoriedade**:

"A libertação das duas jornalistas que durante quatro dias foram reféns de um grupo de seqüestradores deixou particularmente eufórico o secretário de Segurança Pública de Goiás, Ronaldo Jaime. Desde que o carro blindado — a bordo do qual viajavam os criminosos e suas presas — cruzara a divisa de São Paulo, o secretário goiano vinha manifestando repetidamente às autoridades paulistas que cuidavam do caso sua crescente aflição, resumida numa pergunta: o que diriam dele, se o episódio tivesse algum desfecho dramático, as emissoras de televisão onde trabalham as duas jornalistas?

A hipótese de que a angústia do secretário Ronaldo Jaime se devesse à determinação de ver chegar a um final feliz um episódio desencadeado em Goiânia — portanto, em sua jurisdição —, com a libertação de três conterrâneos transformados em reféns, esbarra num detalhe muito significativo: segundo seus interlocutores paulistas, em nenhum momento o secretário de Segurança Pública demonstrou especial preocupação com o destino do motorista de táxi Cícero Alcides Tavares, o "Zelão", igualmente prisioneiro dos seqüestradores. Como suas parceiras de infortúnio, o motorista é goiano e fora feito refém. Mas há uma diferença essencial: "Zelão" não trabalha em emissoras de televisão.

A presença de jornalistas no grupo de reféns inibiu claramente a ação policial — da mesma forma que o secretário Ronaldo Jaime, também algumas autoridades paulistas se viram tentadas a ceder às exigências dos criminosos, para livrar-se do risco de exposição a aventuais acusações de truculência veiculadas em redes nacionais de TV. Essa constatação é um convite a que reflitamos sobre a moda, lançada há pouco tempo mas já bastante difundida, segundo a qual repórteres encarregados da cobertura de seqüestros devem oferecer-se como reféns.

Em princípio, trata-se de um gesto de irretocável generosidade. Na prática, não tem sido bem assim: muito compreensivelmente, os repórteres feitos prisioneiros acabam por ceder ao medo de perder a vida — o que os leva a aliar-se aos seqüestradores e a pressionar a polícia em busca de todas as concessões exigidas pelos bandidos. Foi assim desde que o jornalista Francisco José, repórter da **TV Globo** no Recife, resolveu transformar-se em refém num caso de seqüestro ocorrido em Petrolina em 1987.

Ao partir em companhia de seus carcereiros, o tranqüilo Francisco José parecia a caminho da grande reportagem de sua vida. Horas depois, o rosto transtornado pela tensão, ele pôde ser visto nas telas de TV num enfático discurso repleto de acusações à polícia — que não cumprira acordos celebrados verbalmente —, e temperado por surpreendentes elogios ao respeito dos seqüestradores pela palavra empenhada.

Não foi diferente desta vez: também as repórteres Mônica Calassa e Solange Franco (em reações, repetimos, muito compreensíveis) sucumbiram ao medo e à tensão. As duas jornalistas acusaram o secretário Ronaldo Jaime, por exemplo, de "jogar sujo", por não ter cumprido a promessa de estacionar no aeroporto de Goiânia um avião a bordo do qual os seqüestradores fugiriam para o Paraguai. Uma das cláusulas do acordo não-escrito estabelecia que Mônica e Solange seriam libertadas no aeroporto. Isso lhes garantiria, mais tarde, pungentes aparições na telinha, sem que tivessem corrido maiores riscos.

O descumprimento do acerto prolongou o drama por quatro dias, ao longo dos quais as duas jovens viveram a terrível experiência de ser refém de verdade. Libertadas, ambas revelaram que, em determinados momentos, chegaram a conviver com seus

captores em clima de camaradagem. Já os policiais e, sobretudo, o secretário Ronaldo Jaime não mereceram qualquer menção amigável. Eis aí mais uma evidência de que, ao se oferecerem para substituir o refém original — o menino Said Agel Júnior, de 9 anos, seqüestrado em Goiânia —, Mônica e Solange imaginavam estar se candidatando a uma boa e pouco arriscada reportagem.

A menos que circunstâncias fortuitas subvertam a ordem natural das coisas, jornalistas são testemunhas dos fatos, e não protagonistas. Convém acabar de vez, portanto, com a improvisação de repórteres em atores — e maus atores — de episódios policiais como o seqüestro de Goiânia."